

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Notícias Gerais

Período de Análise: 01/01/2014 a 31/01/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Governo inicia desintração de não índios de terra indígena no Maranhão – Site da Carta Capital, Sociedade. 04/01/2014.....	4
Governo oferece R\$ 85 milhões para retirar fazendeiros de terras indígenas no MS. Evandro Éboli – O Globo, País. 07/01/2014	4
Governo oferece 78,5 milhões por Buriti. Fazendeiros acham pouco e respondem: “vamos pro pau. Ruy Sposati – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 09/01/2014	5
O chão e a fúria. Uirá Garcia – O Estado de São Paulo, Notícias. 12/01/2014.....	7
Falta de mão de obra especializada se agrava e atinge 91% das empresas. Renée Pereira – O Estado de São Paulo, Economia. 12/01/2014	8
O rombo da indústria – O Estado de São Paulo, Opinião. 15/01/2014.....	10
Reportagem do SBT mostra o desespero dos pequenos agricultores que serão expulsos de área no interior do Maranhão – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 17/01/2014	11
A marcha da loucura. Najjar Tubino – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 20/01/2014.....	12
Esvaziado por ações do governo, MST chega aos 30 anos. Roldão Arruda – O Estado de São Paulo, Política. 20/01/2014	15
Museu nacional do açúcar e do álcool atrai visitantes em Pontal. Leonardo Santos – O Estado de São Paulo, Blogs. 20/01/2014.....	16
Ministério da Agricultura perde recursos e encolhe. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 21/01/2014.....	17
No campo anuncia-se o silêncio. Zander Navarro – O Estado de São Paulo, Opinião. 22/01/2014.....	17
A crise do MST aos 30 anos – O Estado de São Paulo, Opinião. 22/01/2014	19
Governo repensa seguro rural obrigatório. Tarso Veloso e Eduardo Campos – Valor Econômico, Agronegócios. 24/01/2014.....	21
A formação de uma classe média rural. Pepe Vargas – O Globo, Opinião. 27/01/2014	22
Preço da terra sobe no Sul e São Paulo. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 28/01/2014	24
Condenados mais dois envolvidos no Massacre de Felisburgo – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 28/01/2014....	24
Negócios com terras perdem vigor no país. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 28/01/2014	26

Na Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, CONTAG cobra aprovação da PEC 57-A – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 29/01/2014.....	28
PAC 2 vai beneficiar cerca de 1,3 milhão de camponeses. João Paulo Biage – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 31/01/2014.....	29

Governo inicia desintrusão de não índios de terra indígena no Maranhão – Site da Carta Capital, Sociedade. 04/01/2014

A partir de segunda-feira, não índios serão notificados para que saiam voluntariamente do local em um prazo de 40 dias

O Exército inicia neste fim de semana a desintrusão de não índios da Terra Indígena Awá-Guajá. Homens das Forças Armadas foram enviados na sexta-feira 3 a São João do Caru, no Maranhão, para montar a base de operação.

O território, de 116 mil hectares, compreende os municípios de Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Bello, Zé Doca e São João do Caru. Com a ação, o governo cumpre decisão da Justiça Federal no Maranhão, emitida no último dia 16 de dezembro pelo juiz José Carlos do Vale Madeira.

Nesta segunda 6, o Disque 100 será disponibilizado para o esclarecimento de dúvidas e o envio de denúncias sobre o processo de desintrusão. Durante a próxima semana, oficiais de Justiça darão início à notificação dos não índios para que saiam voluntariamente, dentro do prazo de 40 dias, da terra indígena. De acordo com a decisão do juiz, nesse período será permitida a retirada de bens e animais da região pelos posseiros, agricultores, madeireiros e criadores.

Ainda segundo a decisão judicial, a União deve, entre outros benefícios, distribuir sementes para os agricultores atingidos pela medida. Isso será feito por meio da Embrapa e do Plano Brasil Sem Miséria. Também deve oferecer financiamentos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), além de articular com os municípios para que os agricultores forneçam alimentos para a merenda escolar.

Após os 40 dias, caso os não índios continuem no interior da área indígena, a Justiça expedirá mandados de remoção e de desconstrução de cercas, estradas ou outras benfeitorias no interior da terra. De acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), como todos os não índios vivem ilegalmente na área, eles não têm direito de ser indenizados.

No próximo dia 7, o juiz se reunirá com representantes da Funai, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da Secretaria-Geral da Presidência da República e das polícias Federal e Rodoviária Federal para discutir o processo de notificação dos fazendeiros.

Um comitê também será criado pela Secretaria-Geral com diversos órgãos do governo para auxiliar no processo de desintrusão, entre eles o Ministério da Justiça, o Gabinete de Segurança Institucional, o Ministério da Defesa, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Governo oferece R\$ 85 milhões para retirar fazendeiros de terras indígenas no MS. Evandro Éboli – O Globo, País. 07/01/2014

Ruralistas resistem e querem que avaliação leve em conta valores de mercado e não da Funai e Incra

BRASÍLIA - Em reunião na tarde desta terça-feira, no Ministério da Justiça, o governo ofereceu cerca de R\$ 85 milhões a 30 fazendeiros que ocupam 15 mil hectares na reserva indígena Buriti, no Mato Grosso do Sul, dos índios terena. Esse é um dos conflitos de terra no estado. Participaram da reunião, além de representantes do ministério, a vice-governadora do Mato Grosso do Sul, Simone Tebet, lideranças indígenas e proprietários rurais. Os ruralistas não concordaram com a indenização proposta pelo governo, que envolve pagamento das benfeitorias que construíram na área e das terras nuas. A avaliação das benfeitorias foi realizada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e a das terras pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A reunião foi um primeiro passo, ainda não há qualquer entendimento. A proposta do governo será ainda analisada pelos ruralistas, que, durante a reunião, já se manifestaram contrários aos valores apresentados. Entendem que estão abaixo do real valor das terras e das melhorias construídas.

O assessor especial do ministério para assuntos indígenas, Marcelo Veiga, afirmou que a discussão está começando.

- Não é momento para dar resposta definitiva. Estamos construindo o entendimento. Não temos fórmula mágica. O importante é que a discussão está aberta. Tudo é possível - disse Marcelo Veiga.

Simone Tebet afirmou que foi dado um passo importante, mas disse estar preocupada com o tempo das negociações. Ela teme que, se demorar muito o acerto, o impasse possa gerar violência.

- Ambas as partes, índios e produtores, estão de prontidão. Hoje há uma relativa paz. Mas se demorar 30 ou 60 dias não sabemos o que pode ocorrer - disse Tebet.

O presidente da Associação dos Criadores do Mato Grosso do Sul Francisco Maia afirma que os proprietários são a favor da demarcação das terras, mas diz que será preciso mais tempo para chegar a um acordo.

- Não se pode corrigir uma injustiça cometendo outra injustiça. Vamos avaliar os valores oferecidos e, caso necessário, faremos a nossa própria avaliação de acordo com o valor de mercado. É essa a nossa condição.

Governo oferece 78,5 milhões por Buriti. Fazendeiros acham pouco e respondem: “vamos pro pau. Ruy Sposati – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 09/01/2014

Fazendeiro e ex-deputado, Ricardo Bacha, discordou da quantia e disse "Isso não serve. Acabou a mesa de negociação. Vamos pro pau!". O advogado Luiz Henrique

Eloy, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), analisa que "se os fazendeiros fossem tentar vender essas terras, jamais conseguiriam alcançar o valor oferecido pelo governo".

O Ministério da Justiça (MJ) finalmente apresentou os valores das indenizações das 30 propriedades que incidem sobre 15 mil hectares da Terra Indígena Buriti, no município de Sidrolândia, no Pantanal do Mato Grosso do Sul. Totalizando 78,5 milhões de reais, a avaliação de benfeitorias e terra nua foi exposta a proprietários de terra e indígenas na primeira reunião da mesa de negociação sobre terras indígenas do MS, em Brasília, na última terça-feira, 7.

"Isso não serve. Acabou a mesa de negociação. Vamos pro pau!", respondeu ao grupo de trabalho o fazendeiro e ex-deputado estadual Ricardo Bacha, proprietário da fazenda Buriti, onde foi assassinado Oziel Terena em maio de 2013. A Bacha e sua família - donos de quatro propriedades incidindo sobre a terra indígena - foram oferecidos mais de 10 milhões de reais como indenização pela demarcação da área.

O advogado Luiz Henrique Eloy, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), é indígena Terena e compõe o grupo de trabalho jurídico da mesa de negociação do MJ, instituída após a morte de Oziel. Ele explica que os valores avaliados estão acima do valor comum praticado nos processos de demarcação de terras indígenas. "Se os fazendeiros fossem tentar vender essas terras, jamais conseguiriam alcançar o valor oferecido pelo governo".

"Quando o Incra faz avaliação da terra nua de uma propriedade, há dois critérios aplicados no processo", explica o advogado, "chamados de depreciação por ocupação e depreciação por conflito. Esses dois critérios costumeiramente acabam por reduzir o valor de uma propriedade. Só que esses dois critérios não foram aplicados no caso de Buriti. Para estas indenizações, estão sendo aplicados os valor de mercado, justamente para tentar agilizar o processo".

Durante a reunião, os fazendeiros questionaram a metodologia utilizada pelos órgãos oficiais do governo responsáveis pela avaliação, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Ambos expuseram que seguem um procedimento legal e pré-estabelecido, cujas metodologias são públicas e podem ser acessadas pelos sítios eletrônicos dos organismos.

Para a avaliação da terra nua, foi utilizada a metodologia comparativa e pesquisa de preço baseada em índices do IBGE fornecidos pela Caixa Econômica Federal. O Incra então elegeu 18 propriedades da mesma região (entre Sidrolândia, Aquidauana, Nioaque e Dois Irmãos do Buriti). Das propriedades escolhidas, 12 estavam em oferta, e 6 já haviam sido vendidas. O grupo técnico, então, comparou o preço de todas essas propriedades e chegaram ao valor de mercado real dessas propriedades.

“A reação dos fazendeiros foi exagerada, tendenciosa”, conclui Eloy. “Eles chegaram a exigir que fossem indenizados pelo dinheiro que gastaram desmatando as terras indígenas Terena”.

No próximo dia 17, o governo irá disponibilizar o detalhamento de cada item das áreas avaliadas. Os fazendeiros terão prazo de 10 dias para apresentar eventuais questionamentos sobre a demarcação.

O chão e a fúria. Uirá Garcia – O Estado de São Paulo, Notícias. 12/01/2014

A notícia circulou em meio às festas de fim de ano. No dia de Natal, o município de Humaitá, no sul do Amazonas, passaria a ser conhecido como o local onde uma multidão furiosa incendiou as sedes e os equipamentos de órgãos do governo federal (Funai e Funasa). Carros, barcos e motos foram destruídos. Dois dias depois, cerca de 300 pessoas do município invadiram as aldeias da Terra Indígena Tenharim Marmelos e atearam fogo nas casas, destruindo os pedágios mantidos pelos indígenas tenharins no trecho de Rodovia Transamazônica que atravessa a reserva. Esse foi o início de uma série de acontecimentos que continuam em curso na região.

A revolta é atribuída ao desaparecimento de três homens há quase um mês. A população da cidade sustenta que foram assassinados em vingança pela morte do cacique Ivan Tenharim, falecido após um acidente de moto em 3 de dezembro. Os tenharins negam qualquer envolvimento, e a família do cacique morto, cujo luto foi interrompido por essa onda de fúria indômita, encontra-se perplexa pela acusação. Ninguém sabe qual será o desfecho da história e a Polícia Federal ainda não encontrou os desaparecidos. A população de Humaitá, contudo, alimenta a certeza de que os responsáveis pelas mortes foram os indígenas tenharins. O fato de os tenharins negarem qualquer envolvimento com o ocorrido parece não significar nada.

Ao ler sobre o horror desse caso recente, cujos desdobramentos ainda estão por vir, acabei associando-o a outra situação também em curso que venho acompanhando como pesquisador há alguns anos. Trata-se da desintrusão da Terra Indígena Awá.

Os awá-guajás vivem a milhares de quilômetros de distância dos tenharins, no extremo oposto da Amazônia. Mas os acontecimentos da TI Tenharim, tal como acontece na distante TI Awá, são a objetivação de uma violência fomentada por elites e pelas prefeituras dos municípios onde se encontram essas terras. O interesse é claro: a exploração desses territórios. Tem-se a ideia arraigada de que as terras indígenas são, no fundo, áreas ociosas, onde vive gente primitiva (ou até mesmo oportunista), os “índios”, que nem sequer contribuem para o desenvolvimento do País. Na cidade de Humaitá, por exemplo, ainda hoje os tenharins são “tratados como bichos”, tal o desabafo de uma liderança recentemente (As Estradas e os Índios, Egon Heck, site do Conselho Indigenista Missionário - Cimi).

O recente processo de desintrusão da Terra Indígena Awá, no noroeste do Estado do Maranhão, é acompanhado de perto pela imprensa mundial. Os awá-guajás, caçadores

habilidosos, que viveram durante séculos exclusivamente de caça e de coleta, são tratados como "índios puros", os "últimos caçadores coletores do Brasil", seguindo uma velha dicotomia essencialista que define alguns povos como mais tradicionais que outros. Essa percepção mascara toda a multiplicidade criativa de povos que falam línguas e possuem soluções de vida muito diferentes entre si.

Em contraponto, o interesse crescente da mídia pelo caso é proporcional às críticas formuladas pela nobreza ruralista. A senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), lançou uma nota divulgada pela imprensa rebatendo a acusação do secretário nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República, Paulo Maldos, na qual ele afirma que na TI Awá só haveria "plantadores de maconha e madeireiros". Se a declaração do secretário demonstra desconhecimento sobre a realidade em questão, isso não faz com que as críticas superficiais da CNA à desintrusão possam ser consideradas pertinentes.

A TI Awá é uma área repleta de ilícitos como extração ilegal de madeira, grilagem de terras públicas e plantação de maconha. Entre 2009 e 2010 a TI esteve em primeiro lugar na lista das mais desmatadas da Amazônia. De acordo com dados da Coordenação Geral de Monitoramento Territorial da Funai (CGMT), tem a maior taxa de desmatamento da Amazônia Legal. No entanto, muitos trabalhadores rurais tratados como "agricultores pobres enxotados de suas terras", segundo nota da CNA, estão diretamente ligados a um pequeno grupo de fazendeiros e grileiros que puseram tais agricultores na TI, vendendo lotes como se fossem terras privadas. Tais lotes continuaram sendo vendidos a famílias pobres até o ano passado, mesmo quando todo o processo judicial pós-homologação já tinha sido finalizado.

Há tempos a tensão entre indígenas e pequenos produtores na Amazônia é mobilizada visando a interesses específicos. Isso ocorria durante a ditadura militar, na qual os "vazios demográficos" da Amazônia eram oferecidos a quem se interessasse em ocupar. E ocorre hoje, quando, por exemplo, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Maranhão (Faema), entidade ligada à CNA, emite nota fazendo crer que o verdadeiro problema para os agricultores retirados da TI Awá são os indígenas, e não a concentração de terra, o latifúndio, a monocultura e a oligarquia que transformou o Maranhão no Estado mais pobre do Brasil.

Nos anos recentes, nos deparamos com os nomes tenharim, jiahui, awá-guajá, guarani-caiouá e munduruku não pelos motivos que gostaríamos, mas por suas tragédias, acompanhadas quase em tempo real. E, enquanto para alguns povos as terras ainda são motivo de ataque, contra outros, que vivem fora da região amazônica, como os guaranis que nem a terra possuem, só sobrou a fúria.

Falta de mão de obra especializada se agrava e atinge 91% das empresas. Renée Pereira – O Estado de São Paulo, Economia. 12/01/2014

Companhias pesquisadas pela Fundação Dom Cabral apontaram os principais problemas enfrentados na hora de contratar profissionais para cargos específicos: há deficiência na formação básica, falta de visão global e de inglês fluente

A criação de cargos cada vez mais específicos, o uso de equipamentos ultramodernos e a globalização dos negócios intensificaram o problema de mão de obra nas empresas. Uma pesquisa da Fundação Dom Cabral mostra que 91% das companhias pesquisadas têm dificuldade na contratação de profissionais, especialmente para vagas de compradores, técnicos, administradores, gerente de projetos e trabalhador manual.

A maioria delas reclamou da escassez de profissionais capacitados para funções específicas, falta de visão global dos candidatos e deficiência na formação básica, além da falta de fluência em inglês. Mas, sem saída, elas têm se desdobrado em estratégias para preencher as vagas. Além de caprichar no pacote de benefícios, montar ambiciosos planos de carreira e criar cursos específicos de treinamento, as empresas foram obrigadas a abrir mão de exigências, como experiência, pós-graduação e fluência em inglês.

Segundo a pesquisa, no nível técnico, quase 60% das companhias reduziram as exigências para contratação. No nível superior, a porcentagem é de 45,51%. Em 2010, quando a Dom Cabral fez a primeira pesquisa de carência de mão de obra, os percentuais eram de 54% e 28%, respectivamente.

"A questão da mão de obra virou um grande gargalo no Brasil, sem previsão de melhora no curto e médio prazos", diz o professor Paulo Resende, responsável pela pesquisa com 167 grandes grupos que empregam mais de 1 milhão de pessoas e cujo faturamento responde por 23% do Produto Interno Bruto (PIB).

Hoje, diz o professor, a contratação de um profissional leva de três a cinco meses, nos níveis técnico e superior, respectivamente. Se considerar o tempo de treinamento, esse prazo sobe para entre seis e oito meses. Mesmo assim, algumas empresas têm sido obrigadas a buscar no exterior mão de obra para algumas áreas.

Baixo desemprego. O problema começou a ser escancarado por volta de 2009. Naquele ano, Resende fez uma pesquisa com 76 grandes empresas sobre intenção de retomada dos investimentos no pós-crise. O resultado que mais impressionou, porém, foi que 67% das companhias estavam com dificuldade para preencher o quadro.

De lá pra cá, muita coisa mudou. Com o índice de desemprego no menor nível da história - em 4,6% (novembro de 2013) -, a demanda tem superado a oferta de profissionais em algumas áreas, reclamam as empresas. Mais de 80% delas afirmam que a oferta de mão de obra no mercado está entre média e baixa.

A pesquisa mostra que uma das áreas mais afetadas pela escassez de profissionais é o agronegócio. Há alguns anos o setor cresce acima de dois dígitos, o que amplia a disputa. "Não temos mão de obra suficiente para atender à demanda", diz Neusa Duarte, gerente de Recursos Humanos da multinacional Cargill.

Responsável pela área de grãos, ela conta que, além do elevado crescimento da atividade, o setor está estruturado em áreas distantes dos grandes centros, sem infraestrutura adequada. "Isso afeta na atratividade de profissionais, especialmente dessa geração Y, que quer ter uma vida social agitada e estar plugada no mundo."

Por isso, uma das estratégias é dar prioridade à região onde está a unidade de negócios - a empresa está em 140 pontos do País. O problema é que nem sempre o pessoal está preparado ou tem curso superior. Em alguns casos, a empresa contrata profissionais formados em outras áreas, e vai moldando de acordo com as necessidades.

Quando a busca por mão de obra local não tem sucesso, a solução é trabalhar com um programa de rodízio. "O profissional contratado sabe que vai ficar numa cidade por um determinado período, aprender, ganhar estofa e depois ir para uma área mais nobre", afirma Neusa. Mas a tarefa não é fácil. Além da disputa com as concorrentes, a mão de obra enfrenta o assédio do setor financeiro. Engenheiros e agrônomos estão na mira dos bancos.

O rombo da indústria – O Estado de São Paulo, Opinião. 15/01/2014

Com um buraco de US\$ 105 bilhões na conta de manufaturados, o comércio exterior foi mais uma vez desastroso para a indústria brasileira, em 2013. Atribuir o mau resultado à crise internacional e ao câmbio, como têm feito autoridades federais, é tentar disfarçar o indisfarçável. Mesmo com o ambiente externo desfavorável e a queda de preços de vários produtos, o agronegócio faturou US\$ 99,97 bilhões no ano passado, 4,3% mais que em 2012, e fechou o balanço com um superávit acumulado de US\$ 82,91 bilhões, 4,4% maior que o do período anterior. Uma palavra explica a diferença entre os dois desempenhos: competitividade. Apesar dos problemas logísticos e de uma porção de outras dificuldades, o campo e a indústria diretamente ligada à agropecuária têm mantido um padrão de eficiência respeitado internacionalmente. A maior parte do setor manufatureiro tem sido muito mais afetada pelos entraves à produção e à comercialização - a própria logística, o alto custo da energia, a escassez de mão de obra qualificada e até qualificável, a tributação irracional e, naturalmente, os erros da política econômica.

A indústria exportou em 2013 manufaturados no valor de US\$ 93,09 bilhões, valor 1,8% maior que o de 2012, pela média dos dias úteis. Mas esse resultado inclui US\$ 7,74 bilhões obtidos com a exportação meramente contábil de sete plataformas de exploração de petróleo e gás. Sem sair do País, esses equipamentos foram vendidos para a obtenção de benefícios fiscais e alugados para uso no Brasil.

São operações legais, permitidas há mais de dez anos, mas seu volume e seu valor têm crescido a ponto de se tornarem essas plataformas o item principal da pauta de manufaturados. Isso obviamente distorce os números, porque exportação de plataformas significa, de fato, algo muito diferente de exportação de soja, café, aviões, automóveis, peças, tratores, biquínis, açúcar e minério.

Expurgadas as contas do ano passado e de 2012, as vendas de manufaturados de fato encolhem, passando de US\$ 89,25 bilhões para US\$ 85,35 bilhões. Com esse desconto, o déficit do setor sobe de US\$ 105 bilhões para US\$ 112,75 bilhões. Não se trata de um déficit qualquer, facilmente assimilável e causado por algum fator conjuntural. O quadro fica mais feio quando a atenção se volta para um detalhe. Não se trata somente de importação maior que exportação. O próprio déficit, o resultado da subtração, é muito maior que o valor exportado, seja o oficial (US\$ 93,09 bilhões) ou o expurgado (US\$ 85,35 bilhões).

Com ou sem plataformas, pode-se falar de uma desindustrialização das exportações brasileiras. As vendas de manufaturados garantiram mais de 50% da receita comercial durante os anos 90 e em boa parte da última década. Em 2007 ainda proporcionaram 52,25% do valor vendido ao exterior. No ano seguinte a proporção caiu para 46,82%. A queda prosseguiu nos anos seguintes, até 38,4% em 2013. Somada a parcela dos semimanufaturados, obtém-se a participação total dos industrializados, 51% do total vendido ao exterior. Em 2007, a soma dos dois itens ainda rendeu 65,82%, praticamente dois terços da receita comercial.

O mau desempenho comercial do setor de transformação tem como contrapartida o baixo crescimento do produto industrial nos últimos anos. Os dois fenômenos estão associados. Por um evidente erro de diagnóstico, o governo vem estimulando há anos a demanda de consumo, sem remover de fato os muitos entraves à produção.

A indústria tem sido incapaz de responder à demanda crescente e de enfrentar a concorrência estrangeira, no exterior e no mercado interno. Apesar disso, as empresas do setor conseguiram durante anos manter o pessoal. Evitaram os altos custos de demissão e os problemas de recomposição de quadros num mercado de mão de obra de baixa qualidade. Esse esforço parece ter chegado ao limite. O emprego na indústria ficou estável em novembro, em nível 1,7% inferior ao de um ano antes, e diminuiu 1,1% em 12 meses. Cada vez mais, a sustentação do emprego tem dependido de vagas em atividades pouco produtivas, principalmente em serviços. Um Bric digno desse nome tem de fazer muito mais.

Reportagem do SBT mostra o desespero dos pequenos agricultores que serão expulsos de área no interior do Maranhão – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 17/01/2014

A triste realidade das famílias de pequenos agricultores que estão na iminência de serem expulsos de suas propriedades de subsistência em São João do Caru (MA), uma das áreas demarcadas como Terra Indígena pela Fundação Nacional do Índio (Funai), é o tema de uma reportagem especial da TV Difusora do Maranhão, emissora do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT).

A equipe do SBT percorreu toda a região ocupada há mais de duas décadas por mais de 1.200 famílias de agricultores que tiram da terra seu sustento, e produziu uma reportagem de quase uma hora de duração em que são ouvidos vários agricultores

atingidos pela operação de desintração. O desespero de não terem para onde ir, diante das notificações para a desocupação das áreas que já começaram a ser entregues pela Justiça Federal, é o ponto comum em todos os depoimentos.

Chorando, a agricultora Deusiana Alves relata que tudo o que trabalhou e “conseguiu com suor” está nos 48 hectares “de terra comprada”, onde também foi enterrado seu velho pai. “E seremos jogados não se sabe onde”, lamenta desolada.

A população está assustada com o tamanho da operação militar montada em São João do Caru para garantir a desintração. A reportagem também entrevistou o militar que comanda a Base do Exército instalada no Centro de Ensino Municipal Aldenor Siqueira. O general José Luiz Jaborandy chefia a missão que envolve 120 homens fortemente armados.

“Fazem esta operação para humilhar a gente, intimidar. Acho que o governo está tratando nós como bandidos, vândalos”, desabafa o produtor Vitor da Silva. “Tô (sic) surpreso. Da justiça, não pode falar nada. Mas a justiça certa é a de Deus”, protesta o agricultor Raimundo Nonato, que tem oito filhos e, há 20 anos trabalha na lavoura em São João do Caru, “vive da roça” e só sabe assinar o nome.

Apesar dos 1.865 quilômetros que separam a Secretaria-Geral da Presidência da República de São João do Caru, as declarações ofensivas do secretário de Articulação Social, Paulo Maldos, de que a maioria dos ocupantes da área são criminosos e plantadores de maconha ecoaram no município. “Nós trabalha (sic) aqui é de lavoura, arroz, milho, mandioca”, diz o lavrador José Antônio. “É uma injustiça. Ninguém planta maconha aqui, não”, reage frente às câmaras, de forma enfática, o menino Flávio Moraes, de apenas 11 anos.

“Esse povo ser despejado sem direito a nada é pegar e matar. Os governantes têm que olhar isso e fazer alguma coisa”, protesta o produtor Francisco Silva, diante da pequena escola municipal Professor Hercílio Júnior, que, segundo as autoridades locais, será destruída após a desintração.

A marcha da loucura. Najjar Tubino – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 20/01/2014

O sintoma das mudanças climáticas, ao contrário do que muitos imaginam, tem atingido muito mais a humanidade e sua população global do que os ecossistemas.

Porto Alegre - O sintoma das mudanças climáticas, ao contrário do que muitos imaginam, tem atingido muito mais a humanidade e sua população global do que os ecossistemas naturais. Uma pesquisa da Organização Mundial de Saúde mostra que 700 milhões de pessoas sofre de algum tipo de transtorno mental. É a segunda causa de invalidez, sendo que a depressão fica atrás apenas das dores nas costas. Segundo a OMS, a depressão deve ser tratada como uma prioridade de saúde pública global. Na China, 100 milhões de pessoas sofrem de doenças mentais, segundo a revista estatal

Outlook Weekly, sendo 16 milhões de casos graves. O artigo foi publicado, logo após o escândalo dos suicídios na Foxconn. A empresa distribuiu comunicados que os mortos sofriam de doença mental.

No Brasil, São Paulo é a cidade com o índice mais alto de transtornos mentais, segundo o projeto São Paulo Megacity, um estudo realizado pelo Instituto de Psiquiatria, do Hospital de Clínicas com 5.037 residentes, dos 39 municípios da Grande São Paulo, em 2012. Na verdade o estudo “São Paulo Megacity Mental Health Surve” apontou que a região metropolitana e a capital paulista possuem os maiores índices de transtornos mentais do mundo – 29,6%. Os problemas mais comuns são ansiedade, mudanças comportamentais e abuso de substâncias químicas. Depois de SP, os Estados Unidos aparecem em segundo lugar no mesmo estudo da OMS, apenas com um detalhe: não citaram o nome da cidade estadunidense, onde a pesquisa foi realizada. O índice dos cidadãos da clandestina cidade é de 25%.

São Paulo é a campeã mundial de transtornos mentais

São Paulo também coleciona outra marca: a cidade com maior incidência de casos graves de perturbações mentais. A cidade estadunidense o índice é de 5,7%. As causas citadas que transformaram a maior cidade da América Latina e sua região metropolitana numa central de pirados é a alta urbanização associada com privações sociais, que atinge em primeiro lugar migrantes homens e mulheres que residem em regiões de alta vulnerabilidade social. A pesquisa da OMS no Brasil foi financiada pela FAPESP – Fundação de Amparo a Pesquisa de SP -, coordenação da professora Laura Helena Andrade, do Instituto de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da USP e da professora Maria Carmen Viana, do Departamento de Medicina Social da Universidade Federal do Espírito Santo.

E mais: outro estudo da USP feito pelo médico do trabalho João Silvestre da Silva Júnior, da Faculdade de Saúde Pública da USP, aponta que os transtornos mentais são a terceira causa de longos afastamentos do trabalho por doença e levaram ao pagamento de mais de R\$ 211 milhões de novos benefícios previdenciários em 2011. Dinheiro pago pelo INSS. As causas:

“- O ambiente de trabalho com pouco apoio social, excessivas demandas e baixo controle sobre tarefas, recompensas inadequadas comparadas ao esforço do trabalhador e o comprometimento individual excessivo são fatores que aumentam a chance de ocorrência de afastamento. A pesquisa recomenda uma melhor investigação sobre as condições psicossociais no ambiente de trabalho, para implantação de ações de prevenção, além de maior fiscalização das empresas por parte dos órgãos públicos.”

A depressão atingirá 350 milhões

Em 2011, o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) contabilizou um número acima de 211 mil pessoas que foram afastadas do trabalho devido ao adoecimento mental por prazo superior a 15 dias e passaram a receber auxílio doença.

“- Como o valor supera os R\$200 milhões reforça a necessidade econômica de medidas de prevenção para evitar o adoecimento”, aponta a pesquisa do médico João Silvestre.

O estudo da OMS também indica que no período 2013-2020, 350 milhões de pessoas sofrerão de depressão e 90 milhões terão alguma desordem pelo abuso de substâncias químicas. É preciso ressaltar que DUAS em cada DEZ pessoas no mundo tem algum problema psiquiátrico. Nos Estados Unidos, 11% da população com mais de 12 anos já toma remédios antidepressivos. Em 2012, a OMS registrou 781.927 mil suicídios no mundo, que é a 16ª causa da mortalidade global. Com um detalhe: nos Estados Unidos e na Rússia é a 10ª causa. Na Coreia do Sul é a sétima. No Brasil a 25ª.

A loucura fascina o homem

O psiquiatra francês Michel Foucault é o autor do livro “A história da loucura na Idade Clássica”. Diz ele:

“- O conceito de sanidade e loucura são construções sociais que não refletem padrões quantificáveis de comportamento humano e que antes são apenas indicativos de poder dos ‘saudáveis’ sobre o ‘demente’.”

No histórico da civilização ocidental os loucos assumiram o lugar dos leprosos. A partir da Alta Idade Média até o final das Cruzadas, anota Michel Foucault, os leprosários tinham se multiplicado por toda a superfície da Europa. Em 1266, época em que Luís VIII estabelece para a França o regulamento dos leprosários mais de dois mil deles encontravam-se recenseados. Na Diocese de Paris existiam 43. No século XII, a Inglaterra e a Escócia tinham aberto 220 leprosários. Dois a três séculos depois os leprosários são ocupados por pobres, vagabundos, presidiários e ‘cabeças alienadas’.

“- Em todos os lados a loucura fascina o homem. As imagens fantásticas que ela faz surgir não são aparências fugidias, que logo desaparecem da superfície das coisas...por um estranho paradoxo, aquilo que nasce do mais singular delírio já estava oculto, como um segredo, como uma inacessível verdade, nas entranhas da terra”, outra citação do livro.

Nevasca no verão

O privilégio da loucura no século XIII é que ela reina sobre tudo que há de mal no homem. Mas reina também, indiretamente, sobre todo o bem que ele possa fazer.

Sobre a ambição que faz os sábios políticos, sobre a avareza que faz crescer a riqueza, sobre a indiscreta curiosidade que anima os filósofos e cientistas, pergunta Foucault.

“- Por certo a loucura atrai, mas não fascina. Ela governa tudo o que há de fácil, de alegre, de ligeiro no mundo. É ela que faz os homens ‘se agitarem e gozarem’, assim como os deuses; foi ela quem originou o gênio, a juventude, Baco, sileno, e esse gentil guardião dos jardins”.

Enfim, a loucura só existe em cada homem, porque é o homem que a constitui no apego que ele demonstra por si mesmo e através das ilusões com que se alimenta.

Voltemos à realidade: sábado, dia 19 de janeiro de 2013, a apresentadora do Jornal Nacional registra uma nota da “loucura do tempo”. Uma nevasca atingiu o Peru, comprometendo a alimentação dos animais na Cordilheira dos Andes, por consequência, da população também. O detalhe é que o Peru, assim com o Brasil, está em pleno verão. A estação vai de dezembro a março. Não é uma loucura?

Esvaziado por ações do governo, MST chega aos 30 anos. Roldão Arruda – O Estado de São Paulo, Política. 20/01/2014

Movimento fundado em 20 de janeiro de 1984 perde poder de mobilização e tem reivindicações cada vez menos atendidas

Criado durante o 1.º Encontro Nacional dos Sem Terra, aberto em Cascavel, no Paraná, no dia 20 de janeiro de 1984, o Movimento dos Sem Terra (MST) chega hoje ao aniversário de trinta anos em meio à sua maior crise de identidade.

É cada vez mais reduzida sua capacidade de mobilização para concretizar sua principal consigna: "ocupação é a única solução".

Sem força para organizar novos acampamentos de sem-terra e pressionar o governo para a criação de assentamentos, o grupo também sofre os impactos da política da presidente Dilma Rousseff, que só não desapropriou menos terras no período pós-democratização do que Fernando Collor em sua breve gestão.

Dilma também vem adotando medidas que tendem a enfraquecer a força do MST entre famílias já assentadas. Em dezembro, em meio a uma série de decretos para o setor, determinou que os recursos que o governo repassa às famílias assentadas para facilitar sua instalação nos lotes não passem mais por cooperativas. Serão entregues diretamente às famílias, o que enfraquece a capacidade de mobilização das cooperativas e, indiretamente, do MST, que controla boa parte delas.

Indicadores da redução da força do MST estão por toda parte. Um deles é o mais recente relatório da Ouvidoria Agrária Nacional, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ele mostra que número de invasões de terras em 2013 deve ser o mais baixo dos últimos dez anos.

O MST não é a única organização que organiza ocupações e acampamentos (a Ouvidoria registra a existência de quase quatro dezenas delas no País), mas é a principal. Responde por quase 60% de todo tipo de ação relacionada à reforma agrária.

Ainda de acordo com a Ouvidoria, o auge de sua capacidade mobilização ocorreu em 1999, no governo de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB. O ponto mais baixo foi 2002 - ano que os movimentos de sem-terra fizeram um recuo para favorecer a eleição do petista Luiz Inácio Lula da Silva.

Conjuntura. Um dos líderes do MST, o economista João Pedro Stédile aponta as razões para a redução das ações atualmente. "Elas se devem a uma conjugação de diversos fatores. Do lado do latifúndio, houve uma avalanche de capital que foi para agricultura atraído pelos preços das commodities, que dão elevados lucros e aumentaram o preço das terras. E com isso bloqueia a reforma agrária. Do lado dos trabalhadores os salários aumentaram nas cidades, e isso reforçou o êxodo rural. Há um bloqueio também no Judiciário e no Congresso."

Quanto ao Executivo, diz: "O governo abandonou as desapropriações. E os trabalhadores acabam desanimando." Para Stédile, tudo isso é conjuntural, uma vez que não se teria resolvido o problema dos sem-terra: "A retomada da luta com mais força é apenas uma questão de tempo".

Raul Jungmann, que foi ministro do Desenvolvimento Agrário no governo FHC e hoje é vereador no Recife, pelo PPS, diz que a desidratação do MST ocorreu com a chegada do PT ao poder: "O grande fator de coesão do movimento e das forças que o apoiavam era a cruzada contra o grande inimigo, o chamado neoliberalismo de Fernando Henrique. Ele era o grande Satã, até mesmo dentro da visão religiosa dos padres da Teologia de Libertação que apoiavam o MST. Sem ele, houve uma grande crise. Em segundo lugar aparecem as bolsas, como as do Programa Bolsa Família, que foram se universalizando e esvaziando os estoques onde MST arregimentava pessoas. Outro fator foi a cooptação de militantes pelo governo ."

Na avaliação do professor Bernardo Mançano Fernandes, do Programa de Pós-graduação em Geografia da Unesp, as ocupações de terra não vão desaparecer. Mas dificilmente terão a mesma intensidade de anos passados. Isso deverá levar o MST a inverter suas prioridades: "O movimento é responsável por 55% das famílias assentadas no País. É um patrimônio que vai ter que cuidar daqui para a frente. Se antes investia 20% das forças nos assentamentos e 80% nas ocupações, agora terá fazer o contrário".

Museu nacional do açúcar e do álcool atrai visitantes em Pontal. Leonardo Santos – O Estado de São Paulo, Blogs. 20/01/2014

Uma parte significativa da história do processamento da cana-de-açúcar, até hoje um dos pilares do agronegócio brasileiro, pode ser vista e aprendida em Pontal, na região de Ribeirão Preto. Está aberta ao público desde dezembro, e já atrai visitantes, a primeira etapa do Museu Nacional do Açúcar e do Álcool, mantido pelo Instituto Engenho Central, da família Biagi.

O acervo está exposto no Engenho Central, construído em 1906, um ano antes da emancipação do município. A coleção do museu conta com maquinários produzidos na Europa, entre os anos de 1876 e 1888, como semeadeiras, bombas de abastecimento, barris para beneficiar e purificar o açúcar, recipientes para o transporte de aguardente, carimbo de identificação das sacas de açúcar e o relógio que ficava na torre da usina.

O Engenho Central pertenceu ao fazendeiro Francisco Schmidt, o Rei do Café, que produzia açúcar para exportar para a empresa alemã Theodor Wille, sediada em Hamburgo. Antes de pertencerem à usina, as máquinas eram de outro fazendeiro, Henrique Dumont, pai do aviador Santos Dumont.

A família Biagi comprou a fazenda na década de 1960 e o engenho seguiu produzindo até 1974. Com o falecimento de Maurílio Biagi, seu filho, Luiz Biagi, decidiu manter o engenho e criar o Instituto para dar forma ao museu. A instalação teve o apoio das leis de incentivo à cultura. O museu fica aberto de terça-feira a domingo, das 10 às 16 horas, com entrada gratuita.

Ministério da Agricultura perde recursos e encolhe. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 21/01/2014

O orçamento do Ministério da Agricultura vem sendo achatado nos últimos anos, enquanto as despesas com funcionários crescem no ritmo da inflação e deixam pouca margem para gastos com investimentos. O orçamento liquidado pelo ministério subiu apenas 14% de 2009 a 2013, passando de R\$ 2,9 bilhões para R\$ 3,3 bilhões - a inflação acumulada no período alcançou 26,4%. As despesas com o pagamento de pessoal, que subiram de R\$ 2,3 bilhão para R\$ 2,9 bilhões, acompanharam exatamente a evolução da inflação e passaram a representar 87% do orçamento liquidado da pasta, segundo dados levantados pelo Portal da Transparência.

O orçamento do setor, excluídas as autarquias, tem sido instável e os recursos efetivamente liberados não acompanham a evolução da inflação. O avanço dos gastos de custeio, mesmo assim, é notável. As despesas com funcionários ativos somaram R\$ 1,6 bilhão em 2013 e com inativos e pensionistas, R\$ 1,3 bilhão. Segundo estatísticas do Ministério do Planejamento, a Agricultura tem 33 mil funcionários, sendo 10,8 mil ativos. Os reajustes de salários e benefícios fizeram o gasto com pessoal subir de R\$ 1,9 bilhão em 2007 para R\$ 2,9 bilhões no ano passado, uma alta de 52,6%, muito acima da inflação acumulada nesses seis anos, de 39,6%.

Nesse período, alguns programas de investimento foram extintos. Dos 15 programas de investimento e custeio registrados em 2009, só quatro funcionam hoje. Houve a união de vários programas sob uma única denominação, mas alguns foram encerrados.

Fontes ouvidas pelo Valor disseram que o custo elevado para manter o ministério deixa pouco espaço para outras despesas. O sucateamento da máquina administrativa é visível. Há departamentos em que os funcionários trabalham sem impressora, papel e material de escritório. Três dos seis elevadores da entrada principal foram desligados para economizar energia.

No campo anuncia-se o silêncio. Zander Navarro – O Estado de São Paulo, Opinião. 22/01/2014

Novos estudos internacionais vêm revelando os impactos da recente crise econômica mundial na agropecuária e nas sociedades rurais. São conjunturas dramáticas sob as quais se impõe a lei da selva, pois os governos hesitam e as estruturas de proteção social se enfraquecem ante os inevitáveis conflitos em torno do acesso aos recursos. Corroída a legitimação da autoridade, a instabilidade econômica e a insegurança política se aprofundam. É quando os mais fortes tendem a prevalecer.

As pesquisas demonstram tendências similares em curso na agricultura dos Estados Unidos e no conjunto dos 27 países da União Europeia. São regiões que realizaram censos agrícolas pós-2008, permitindo avaliações comparativas dos efeitos do trauma econômico no mundo rural. Entre inúmeras conclusões, eis algumas: concentração da produção, o peso da tecnologia se torna decisivo, o assalariamento quase desaparece e, também, os chamados produtores médios vão sendo encurralados, diante do avassalador domínio das propriedades de larga escala. O rural encolhe e, com a escassez da mão de obra, discute-se até o uso de robôs no ciclo produtivo. Mas nas duas regiões cresce o número de micropropriedades, em razão de entrantes que não são agricultores, mas cidadãos urbanos que aspiram a ter um "pé na natureza" - ou, então, porque fogem da crise.

E o Brasil? Estaria o País observando as mesmas mudanças? As pesquisas não são conclusivas nem temos ainda os censos para comparação. A crise econômica, no caso específico da agropecuária, não produziu efeitos negativos, pois os preços dos alimentos no geral subiram ao longo dos últimos anos, beneficiando os produtores, assim como expandimos nossas exportações e cresceu a demanda interna. Cada vez mais concentrada, a agricultura brasileira afirmou-se como uma operosa máquina de produção e acumulação de riquezas, salvando os saldos comerciais e contribuindo decisivamente para a manutenção da estabilidade macroeconômica, mesmo nos momentos mais graves da crise.

Se o desempenho produtivo, tecnológico e financeiro foi espetacular nesse período, também teria sido assim sob outros focos? De fato, o principal desafio no campo brasileiro é social, pois em todos os Estados é alarmante o abandono da atividade, sobretudo pelos moradores mais jovens. A pobreza persistente, o acirramento concorrencial que concentra a produção, a atração do emprego urbano e as facilidades migratórias são alguns fatores que têm contribuído para o êxodo do campo. O resultado é a gradual reconfiguração de uma nova sociedade rural. Quem estaria permanecendo nessas regiões?

Primeiramente, o maior grupo social: um conjunto envelhecido formado pelos "pobres do campo" com acesso à terra. Constituem a vasta maioria, mas parte expressiva dos membros jovens das famílias foi embora, deixando para trás, quase invariavelmente, um casal de idosos que vive de aposentadoria ou de algum auxílio estatal. Talvez em um decênio, contudo, é geração que passará, deixando imensa lacuna demográfica e promovendo a desertificação populacional em nosso vasto interior.

Numericamente, o segundo agrupamento mais expressivo é formado por uma típica classe média de pequenos produtores com algum grau relevante de integração econômica e moderna atividade produtiva. Se os primeiros, em maior proporção, moram no Nordeste rural, esse segundo grupo ocupa propriedades, particularmente, no Centro-Sul. Respondem pela maior proporção da produção de diversos ramos, da avicultura à floricultura, da suinocultura à produção de vários tipos de frutas, da horticultura à fumicultura. Mas atenção: embora agricultoras, essas famílias já moram em grande número nas cidades e encontram bloqueios crescentes na sucessão familiar, pois seus filhos nem sempre querem assumir o negócio.

O terceiro conjunto a destacar é formado pelos assalariados rurais, usualmente sem terra. São trabalhadores que vivem uma situação curiosa: os salários estão subindo, mas também crescem as exigências do ofício, cada vez mais especializado, pois a agricultura tecnologicamente avançou muito. Como são trabalhadores de baixíssima escolaridade e capacitação profissional, a maior parte vai engrossando as correntes migratórias que deixam o campo. E assim, com a redução da oferta de mão de obra, os salários sobem ainda mais e os empregadores, gradualmente, vão trocando por máquinas o trabalho manual que antes prevalecia. A consequência é uma notável onda de mecanização que vai transformar ainda mais a face agrícola do Brasil.

Há ainda um reduzido estrato: são os endinheirados, mas não necessariamente os super-ricos, como às vezes se apregoa. Parte é uma classe média rural com rendas mais altas e parte, a burguesia agrária. Moram nas cidades, mas supervisionam seu negócio. São produtores que enfrentam iguais problemas de sucessão na atividade, pois seus filhos, quase sempre educados em outras profissões, não se interessam pelo campo.

Sobriariam outros grupos menores, como comunidades indígenas e quilombolas. E há os assentados, que deveriam ser expressivos. Afinal, seria um conjunto de 1,25 milhão de famílias em 8,8 mil assentamentos, ocupantes de 88 milhões de hectares, quase equivalentes à área total de Mato Grosso. Mas a reforma agrária é um rotundo fracasso: boa parte dos beneficiários desistiu, deixando rarefeitos os assentamentos, em especial do meio do País "para cima", sobretudo no Nordeste e no Norte.

Confrontado com esse inquietante contexto de mudanças, surpreende o imobilismo governamental e espanta a omissão do sindicalismo que deveria representar os mais pobres. Ignoram a nova urgência social - "salvar a pequena produção"! - e parecem concordes com a tendência de esvaziamento do campo e o inchamento das cidades brasileiras. Cada vez mais, as regiões rurais perdem vozes e ganham o silêncio.

**Zander Navarro é sociólogo e professor aposentado da UFRGS.*

A crise do MST aos 30 anos – O Estado de São Paulo, Opinião. 22/01/2014

Criado no 1.º Encontro Nacional dos Sem-Terra, em Cascavel (PR), em 20 de janeiro de 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) acaba de completar 30 anos quando se depara com uma crise muito séria de identidade. Sua razão de existência

- expressa no lema "ocupação é a única solução" - se tem esvaziado ao longo do tempo pela redução de sua capacidade de mobilização de militantes com o objetivo declarado de produzir alimentos em terras tidas como improdutivas. Mas sem nunca esquecer outro, disfarçado, de sabotar as bases do Estado Democrático de Direito com o objetivo de substituí-lo por um regime de natureza socialista.

A desmobilização pode ser flagrada nas estatísticas divulgadas anualmente pela Ouvidoria Agrária Nacional, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, segundo as quais o número de invasões de terras em 2013 deve ter sido o mais baixo dos últimos dez anos. Em 1985, com apenas um ano de existência, o movimento, que hoje responde por 60% de todas as ações relativas à reforma agrária, promoveu 145 ocupações. O recorde foi alcançado em 1999, com 502. Ambas nos mandatos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB. Até novembro do ano passado foram registradas apenas 107, número que só supera o registrado em 2002, quando o movimento sofreu seu maior refluxo, com a ocupação de apenas 103 propriedades rurais, para não atrapalhar a campanha vitoriosa do aliado petista Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República - o que demonstra o primado do objetivo (oculto) de combater o chamado "neoliberalismo" tucano sobre o retórico (tido como prioritário) de distribuir a terra para quem dela precisa para plantar.

O principal líder do movimento, o economista João Pedro Stédile, atribui sua decadência a uma conjunção de diversos fatores: "Do lado do latifúndio, houve uma avalanche de capital que foi para a agricultura atraído pelos preços das commodities, que dão elevados lucros e aumentaram o preço das terras... Do lado dos trabalhadores os salários aumentaram nas cidades, e isso reforçou o êxodo rural". Segundo ele, "há um bloqueio também no Judiciário e no Congresso". Para Stédile, "o governo abandonou as desapropriações. E os trabalhadores acabaram desanimando".

A análise aborda com o inevitável viés ideológico o que realmente aconteceu: nos últimos anos a agroindústria foi o setor de ponta da puxada para cima das exportações brasileiras, tornando-se a "galinha dos ovos de ouro" da economia nacional. Apesar de aliados dos sem-terra, os governos federais petistas - dois de Lula e um de Dilma - tiveram a sensatez de perceber que continuar estimulando a ocupação de terras, que poderiam produzir safras espetaculares com a mecanização aumentando a produtividade, seria mais que um tiro no pé: seria suicídio. herdando uma postura que já vinha sendo prudentemente empregada por seu antecessor e padrinho, Dilma Rousseff desapropriou menos terras do que todos os presidentes que a antecederam, à exceção de Fernando Collor de Mello, em sua breve passagem pelo mais poderoso cargo da República. A petista recorreu ainda a medidas que enfraquecem o apelo do MST. Em dezembro, por exemplo, determinou que recursos repassados pela União para as famílias assentadas com o objetivo de facilitar sua instalação nos lotes não passem mais por cooperativas. O repasse direto reduz a capacidade de mobilização das cooperativas e, indiretamente, do MST, que controla várias delas.

O ex-ministro do Desenvolvimento Agrário sob FHC Raul Jungmann acrescenta às causas apontadas por Stédile mais três, provocadas pelo PT. A saída dos tucanos do poder retirou de cena o Grande Satã a ser combatido pelo movimento; programas, como o Bolsa Família, reduziram o interesse dos cidadãos de baixa renda que eram atraídos antes pelo apelo dos acampamentos dos sem-terra; e os militantes passaram a ser cooptados pelo governo.

Algo da crise dos 30 anos do MST, então, pode se ter originado nas vitórias eleitorais e na ocupação da máquina pública pelos aliados do PT.

Governo repensa seguro rural obrigatório. Tarso Veloso e Eduardo Campos – Valor Econômico, Agronegócios. 24/01/2014

A obrigatoriedade da contratação de seguro rural prevista para entrar em vigor em julho, no início da próxima safra de grãos, pode ser revista, como antecipou ontem o Valo PRO, serviço em tempo real do Valor. Segundo fontes do governo ouvidas pela reportagem, Brasília avalia se a obrigatoriedade será mantida ou se haverá apenas algum tipo de incentivo para as seguradoras e produtores.

Em junho de 2013, o Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução nº 4.235, determinou que o produtor que contratar crédito de custeio agrícola financiado com recursos controlados do crédito rural deverá, obrigatoriamente, procurar enquadramento no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), ou em outra modalidade de seguro rural.

Tal regra já estava valendo para custeio das operações fechadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

Somente os dois grupos já tomaram R\$ 41 bilhões em linhas de crédito rural na safra 2013/14 a juros controlados, no período de julho a novembro passado, dentro do Plano Agrícola e Pecuário. O número é 36% superior ao do mesmo período da safra passada.

A seis meses do início da vigência da regra para qualquer operação que use crédito agrícola subvencionado, o governo começa a discutir a viabilidade e, principalmente, o interesse em obrigar o produtor. Segundo as fontes, apesar de não existir uma cultura do seguro rural no Brasil, algumas regiões, como a Centro-Oeste, não são vistas como problemáticas do ponto de vista climático.

Por isso mesmo, não faria sentido obrigar todo produtor a contratar seguro. Diante disso, o governo começou a discutir a viabilidade de manter a obrigatoriedade ou dar incentivos financeiros para seguradoras e produtores rurais para estimular a contratação.

Atualmente, existem serviços diferentes para grandes e pequenos produtores. Os maiores podem acessar o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), que protege o produtor contra perdas causadas por fenômenos adversos da natureza até o limite máximo de indenização contratado por ele. O Ministério da Agricultura criou o

PSR independentemente de iniciativas similares de alguns Estados e municípios. O programa proporciona redução de 30% a 70% do custo do prêmio do seguro para o produtor rural.

Os produtores paulistas, mineiros e paranaenses contam, ainda, com outro benefício similar por meio de programas de subvenção estadual, que são cumulativos com o federal.

Já os pequenos produtores contam com o Proagro, que garante a quitação do custeio agrícola até o valor de R\$ 300 mil, em casos de ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam bens, rebanhos e plantações. Dentro do Proagro, o custo para o produtor é de 1% a 3% do crédito tomado, dependendo da atividade (agrícola ou pecuária, etc).

No ano passado, foram fechados cerca de 480 mil contratos dentro do Proagro, redução de 5% na comparação com 2012, mas o valor amparado pelo programa subiu em 12%, para R\$ 11,234 bilhões. Já as coberturas efetivamente pagas somaram R\$ 586 milhões, queda de 42% sobre o valor efetivamente pago em 2012, que foi marcado por estiagens e quebras de safras em diferentes locais do país. Os dados são do Banco Central, e os pagamentos efetivamente desembolsados podem incluir coberturas e indenizações relativas a outros anos.

A resolução do CMN, comemorada pela Febraban, está sendo revista justamente por exigir mais uma despesa obrigatória do produtor. Essa revisão, porém, não quer dizer que o governo não pretenda continuar elevando a área segurada no país. Segundo uma fonte do governo, a intenção é avaliar se a obrigatoriedade é o melhor caminho.

"Algumas regiões possuem o risco climático menor do que outras. Por isso, queremos estudar outras formas de ação nesse caso. De qualquer forma, temos consciência que os bancos e mercados se preparam para a mudança e desejamos que o máximo possível de pessoas tenham seguro", disse a fonte.

"Além disso, imagine um produtor que possui um financiamento a um juro baixo de 4% ao ano? É caro para ele pagar mais o seguro do jeito que é hoje", afirmou a mesma fonte.

Consultada, a Febraban disse que segue trabalhando com a regra como está atualmente escrita. De acordo com o diretor de produtos e financiamento da Febraban, Ademiro Vian, a Febraban fechou parceria com o Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio (IBDAgro) e com a Esalq UPS para desenvolver um sistema que permita que todos os bancos passem a operar o Proagro ou qualquer outra modalidade de seguro rural a partir de 1º de julho de 2014, data determinada pelo CMN.

A formação de uma classe média rural. Pepe Vargas – O Globo, Opinião. 27/01/2014

Através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o governo federal está doando equipamentos aos municípios com até 50 mil habitantes, para prestarem serviços à população do meio rural. Sem exigência de contrapartida, cada município recebe uma retroescavadeira, uma motoniveladora e um caminhão-caçamba. Investimento de cerca de R\$ 1 milhão por município a preços de mercado.

Municípios do semiárido e da área de abrangência da Sudene, em situação de emergência devido à seca, recebem também um caminhão-pipa e uma pá-carregadeira, investimento de R\$ 1,4 milhão por município com os cinco equipamentos. Os pequenos municípios respondem pela maioria da produção agropecuária do Brasil, que contribui com 22% do PIB nacional. Com este maquinário, as prefeituras poderão realizar melhorias e conservar as estradas não pavimentadas do meio rural, bem como abrir e conservar açudes, pequenas barragens, barreiros e outras pequenas obras hídricas necessárias à população do nosso interior.

Além da produção agropecuária, nestas estradas circulam os ônibus escolares, as ambulâncias do Samu e todos os bens e mercadorias que suprem as necessidades da população rural. Sua melhor conservação diminuirá perdas agrícolas, reduzirá custos de transporte e permitirá maior conforto e rapidez nos deslocamentos.

Por meio do PAC, o governo federal está investindo em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos. Também está investindo em obras de mobilidade urbana nas grandes e médias cidades. Com o PAC Equipamentos, faz um grande programa de mobilidade rural, inédito na história do nosso país, em parceria com os pequenos municípios.

São 5.061 municípios atendidos, beneficiando 24,7 milhões de pessoas que moram no meio rural (83 % da população rural brasileira), através da doação de 18.073 máquinas. É, provavelmente, o maior programa de compras públicas deste gênero em escala mundial, com investimentos de cerca de R\$ 5 bilhões.

Todas estas máquinas foram adquiridas de indústrias situadas no Brasil, gerando mais empregos para os trabalhadores brasileiros e estímulos para a nossa economia, graças à adoção de margens de preferência para a indústria nacional nas licitações.

No ano safra 2013/2014, o governo federal colocou à disposição de pequenos, médios e grandes produtores R\$ 157 bilhões em crédito com juros abaixo da inflação. Pequenos e médios produtores dispõem também de seguro agrícola, e os agricultores familiares contam com programas de garantia de preços e de compras governamentais de parte da sua produção, além de assistência técnica. Trabalhadores rurais sem terra podem se beneficiar da Política Nacional de Reforma Agrária. Os que têm pouca terra podem usufruir do Programa Nacional de Crédito Fundiário, que financia a aquisição de imóveis rurais.

Com o PAC Equipamentos, o governo federal reforça a integração de políticas públicas, visando ao desenvolvimento rural sustentável, associando aos instrumentos da política

agrícola e agrária investimentos na infraestrutura e serviços necessários ao desenvolvimento dos territórios rurais.

Com o Programa Luz para Todos, evoluímos de 81% para 97% dos domicílios rurais com energia elétrica entre 2004 e 2012 (segundo a Pnad/IBGE). No mesmo período saímos de 58% para 74% dos domicílios rurais com água encanada (Pnad/IBGE), graças ao Programa Água para Todos. O Programa Nacional de Habitação Rural está permitindo, pela primeira vez na história do país, que agricultores de baixa renda financiem a construção de moradias. O Programa Mais Médicos está levando profissionais da medicina para os pequenos municípios. As prefeituras podem acessar também recursos para construir creches e escolas no interior. O Programa Nacional de Ensino Técnico está oportunizando cursos de formação para agricultores e para a população residente no meio rural.

Estas políticas, associadas ao aumento do salário mínimo e às aposentadorias rurais, à geração recorde de empregos formais, ao Bolsa Família e ao Brasil Sem Miséria, permitiram um crescimento de 52% acima da inflação na renda dos domicílios da agricultura familiar entre 2003 e 2011 (Pnad/IBGE). Com isso, 5,2 milhões de pessoas ascenderam socialmente no meio rural e 3,7 milhões destas chegaram à classe média (segundo a FGV).

A continuidade e o aperfeiçoamento destas políticas públicas permitirá ao Brasil constituir uma grande classe média rural, com capacidade de garantir a segurança alimentar e nutricional do nosso povo e a geração de excedentes para exportação, consolidando o Brasil como grande produtor de alimentos, em direção a um país rico e sem pobreza.

Preço da terra sobe no Sul e São Paulo. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 28/01/2014

Restrições para compra por estrangeiros, preços altos e desaquecimento da economia global tiraram o vigor do mercado de terras no país no ano passado. Houve poucos negócios, principalmente de grandes glebas, conhecidos como "empresariais". Alguns chegaram a ser iniciados, mas sem sucesso. Só as vendas entre fazendeiros que negociam terras vizinhas continuaram ocorrendo, com maior intensidade em regiões onde a ocupação agrícola está consolidada, como Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul. Os preços do hectare, que subiram em média 20% em 2012, aumentaram mais 16% de janeiro a outubro do ano passado.

Condenados mais dois envolvidos no Massacre de Felisburgo – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 28/01/2014

Depois de nove anos do crime conhecido como Massacre de Felisburgo, na madrugada da última sexta-feira (24), a Justiça de Minas Gerais condenou, mais dois envolvidos na chacina. Francisco de Assis Rodrigues de Oliveira e Milton Francisco de Souza foram condenados cada um a 102 anos e seis meses de prisão, em regime inicialmente

fechado, pelos crimes de homicídio, tentativa de homicídio e incêndio. Contudo, eles poderão recorrer em liberdade.

Em outubro de 2013, outros dois acusados foram julgados. O fazendeiro Adriano Chafik, mandante do crime, foi condenado a 115 anos de prisão, enquanto seu ex-funcionário, Washinton Agostinho, a 97 anos e seis meses. Beneficiados por liminar do STJ, ambos recorrem em liberdade das condenações por homicídio qualificado, lesão corporal, incêndio e formação de quadrilha.

O que foi o Massacre de Felisburgo:

O crime ocorreu em 2004, na Fazenda Nova Alegria, em Felisburgo, Vale do Jequitinhonha/ MG. Na ocasião, o acampamento Terra Prometida foi atacado. Cinco pessoas morreram e outras 20 ficaram feridas. O evento também rendeu traumas físicos e psicológicos a outros acampados.

10 ANOS DA CHACINA DE UNAÍ

Já nesta terça-feira, 28 de janeiro, a Chacina de Unaí completou uma década. Dos nove indiciados pelo crime, apenas três foram julgados e condenados até agora. A CONTAG reivindica, juntamente ao Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, o julgamento e condenação de todos os envolvidos no crime.

A Chacina de Unaí ocorreu na cidade de Unaí, Minas Gerais, em 28 de janeiro de 2004, quando quatro funcionários do Ministério do Trabalho e Emprego foram assassinados na região, durante uma fiscalização de rotina em fazendas.

A Polícia Federal afirmou ter desvendado o crime seis meses depois, com o indiciamento de envolvidos, que incluíram os irmãos Norberto e Antério Mânica, família que é uma das maiores produtoras de feijão do País. O inquérito entregue à Justiça afirmou que a motivação do crime foi o incômodo provocado pelas insistentes multas impostas pelos auditores. Nelson José da Silva seria o alvo principal. Ele já havia aplicado cerca de R\$ 2 milhões em infrações à fazenda dos Mânica por descumprimento de leis trabalhistas. Ambos chegaram a ser presos, mas hoje respondem o processo em liberdade.

Também foram envolvidos os pistoleiros Erinaldo de Vasconcelos Silva (o Júnior), Rogério Alan Rocha Rios e William Gomes de Miranda; o contratante dos matadores, Francisco Élder Pinheiro (conhecido como “Chico Pinheiro”, já falecido) e os intermediários Humberto Ribeiro dos Santos, Hugo Alves Pimenta e José Alberto de Castro.

O primeiro julgamento aconteceu nove anos depois do crime, em 31 de agosto de 2013. Três pistoleiros contratados para a matança foram julgados e culpados por um júri popular em Belo Horizonte/MG. O segundo julgamento, de outro grupo de acusados, incluindo o dos irmãos Antério e Norberto Mânica, apontados como mandantes da

chacina, estava marcado para 17 de setembro, mas não aconteceu, pois a defesa dos réus quer mudar o júri de Belo Horizonte para Unai.

Negócios com terras perdem vigor no país. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 28/01/2014

O ano de 2013 foi um período difícil para quem teve que comprar ou vender terras no Brasil, país visto como um dos que têm as melhores oportunidades de investimento nessa área. As restrições à compra desses ativos por estrangeiros, os preços de fazendas em patamares elevados e o próprio desaquecimento da economia global tiraram no ano passado o vigor desse mercado. Nesse quadro, os preços do hectare subiram, porém, a taxas mais modestas.

Essa acomodação no segmento vem sendo observada desde 2012 nos chamados negócios "empresariais", que envolvem áreas maiores, em regiões com agricultura em desenvolvimento, explica o diretor técnico da Informa Economics FNP, José Vicente Ferraz. Mas o mercado de áreas menores, de negócios realizados por produtores rurais independentes, continua movimentado, diz ele, principalmente em regiões onde a ocupação agrícola é mais consolidada.

Como reflexo do menor volume de negócios, a alta nos preços das terras no Brasil arrefeceu em 2013 em algumas regiões, como no Oeste da Bahia e nas regiões canavieiras de São Paulo (ver texto ao lado). Para Ferraz, este deve ser mais um ano de poucos negócios no segmento empresarial.

No ano que passou, pelo menos três empresas que detêm e operam terras agrícolas no país foram, sem sucesso, à mesa de negociações para venda parcial ou total de seus ativos. Do lado vendedor, as demandas também encaharam. Companhias com recursos captados para investir colocaram o pé no freio, diante da baixa oferta de oportunidades que trouxessem o retorno esperado.

Roberto Barreto Martins, presidente da Agrinvest Brasil, que opera uma área de 100 mil hectares, dos quais 16 mil próprios, no país avalia que "os preços elevados demais" por si só travaram os negócios. "Em Mato Grosso, as áreas agrícolas mais tradicionais subiram de preço a ponto de limitar o nível de retorno do investidor que pretende entrar nesse mercado a níveis inferiores a 2% ao ano", diz.

A Agrinvest Brasil foi uma das grandes empresas desse segmento que decidiram colocar à venda, não as terras, mas uma participação acionária na companhia. Contratou o Pátria Investimentos para assessorá-la com objetivo de levantar recursos para expandir o cultivo, atualmente (2013/14) em 85 mil hectares em Mato Grosso e no Maranhão. "Recursos para custeio temos em abundância. Mas esse tipo de investimento (abertura de novas áreas) demanda capital de longo prazo, pouco disponível no Brasil", afirma.

Martins considera que o maior entrave para fechar negócio foi o preço oferecido pelos interessados. "Nossas possibilidades se estreitaram diante das restrições de compra de

terras por estrangeiros. É esse tipo de investidor que enxergaria o valor de uma empresa como a nossa, com governança", argumenta o executivo. Ele reitera que a participação ainda está à venda, mas que a empresa não tem pressa. " Estamos perdendo oportunidades de crescer. Mas não há urgência", garante.

O ritmo de negócios intermediados pela NAI Commercial Properties, empresa americana que opera no ramo imobiliário no Brasil, recuou 30% em 2013. O presidente da NAI no país, Aloisio Barinotti, lembra que em 2012 a NAI havia intermediado 40 negócios de compra e venda de terras com tamanho entre 5 mil e 10 mil hectares. Em 2013, foram 28 operações.

Para ele, os vendedores embutiram no preço pedido não apenas o valor da terra, mas também a expectativa de ganho com o ativo. "Uma fazenda pode até ter o potencial de alcançar um determinado preço. Mas para isso, teria que haver correção de solo ou abertura de outras áreas dentro da propriedade, entre outras melhorias. Muitas vezes, os que querem vender, buscam capturar esse preço potencial, mas o mercado não aceita, e não compra", explica Barinotti.

A Sollus Capital, empresa de investimentos da americana Touradji Capital e da brasileira Vinci Partners, também tentou negociar seu portfólio, formado por fazendas que somam 30 mil hectares - dos quais, aproximadamente 16 mil cultiváveis em fazendas no Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia.

O Valor apurou que a empresa conseguiu no ano passado apenas vender uma fazenda de pequeno porte no Maranhão a um valor compatível com o retorno esperado pelos acionistas. As outras áreas, no entanto, seguem sendo negociadas. Procurada, a Sollus não comentou.

A maior parte das áreas da Sollus é arrendada pela Ceagro, uma operadora agrícola cujo controle foi adquirido pela japonesa Mitsubishi no ano passado. No mercado, alguns rumores indicavam que a japonesa poderia adquirir as áreas da Sollus. Mas segundo fontes, a Mitsubishi não estaria avaliando o ativo devido às restrições existentes no Brasil para a compra de terras por estrangeiros.

A holandesa Kobra Agrícola também colocou à venda seus cerca de 15 mil hectares, distribuídos em fazendas no cerrado baiano, principalmente. A empresa ainda não conseguiu comercializar as propriedades, pois pediu um valor muito alto pelos ativos, disseram fontes do setor. Procurada, a Kobra não retornou à solicitação de entrevista.

Para quem estava do lado comprador, a maré também não foi favorável em 2013. A Land Co, braço de terras da produtora de grãos e fibras SLC Agrícola, captou US\$ 238 milhões em 2012 com o fundo inglês Valiance para investir na compra de fazendas no Brasil. Com os preços da soja nas alturas naquele ano, a empresa não encontrou muitas oportunidades. Em 2013, comprou só uma fazenda, de 10 mil hectares - no Maranhão, por R\$ 37,5 milhões.

De acordo com o presidente da SLC Agrícola, Aurélio Pavinato, a dificuldade para adquirir terras em 2013 foi reflexo das cotações ainda firmes da soja, usadas como referência para os preços das terras. "Mas não temos pressa. A SLC Agrícola já tem um grande banco de terras ainda para ser aberto", afirma.

Na Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, CONTAG cobra aprovação da PEC 57-A – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 29/01/2014

Em 28 de janeiro de 2004, quatro auditores fiscais foram brutalmente assassinados em uma emboscada, em Unaí (MG). Esse fato é mais conhecido como a Chacina de Unaí. Em homenagem a esses profissionais que morreram enquanto faziam um importante trabalho de fiscalização das propriedades que mantinham os funcionários em regime de escravidão, esta data foi estabelecida como o Dia Nacional do Combate ao Trabalho Escravo. Além do dia específico, toda esta semana, de 27 a 31 de janeiro, será dedicada ao debate e ações relativas à causa.

Um tema de grande peso, reafirmado nesta ocasião pela CONTAG e outras entidades defensoras dos direitos dos trabalhadores, tanto rurais quanto urbanos, é a aprovação da PEC 57-A/1999, em tramitação no Senado Federal, que prevê punições mais rigorosas para quem utiliza mão-de-obra escrava e não cumpre os direitos trabalhistas de seus empregados. Porém, há a proposta de regulamentação da PEC 57-A, através do PLS 432/2013, que altera aspectos da PEC, passando a considerar como escravo somente o trabalho forçado, excluindo deste conceito quesitos como “jornada exaustiva” e “condições degradantes de trabalho”, aspectos que ferem gravemente os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

A CONTAG, sendo uma entidade que luta há 20 anos pela completa extinção do trabalho escravo no campo brasileiro, se posiciona fortemente contra esta proposta de regulamentação. “Nós entendemos que, ao invés de combater a escravidão, a regulamentação, da forma que está colocada, vai inocentar quem pratica este ato, e isso é uma questão que não podemos aceitar”, explica o secretário de Assalariados e Assalariadas Rurais da CONTAG, Elias D’Ângelo Borges.

20 anos de luta

Ao longo desses anos, a CONTAG, que foi uma das entidades pioneiras na causa do combate ao trabalho escravo, se manteve firme nesta luta, sempre colocando esta questão nas pautas de suas mobilizações e negociações junto ao governo, além de pressionar o Ministério do Trabalho e Emprego para garantir a fiscalização das propriedades e integrar os espaços políticos que discutem esse tema e buscam solucionar o problema, a exemplo da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) e outros fóruns. Neste sentido, a CONTAG também conta com parcerias de peso, como a Regional Latino-Americana da União Internacional dos Trabalhadores na Alimentação (Rel-UITA), que, dentre outras bandeiras, também luta pela erradicação do trabalho escravo na América Latina.

Em reconhecimento a este trabalho, a CONTAG foi premiada, ao final de 2013, com o Prêmio Direitos Humanos, oferecido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, na categoria “Erradicação do Trabalho Escravo”.

Milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais já foram libertados das propriedades em que eram mantidos reclusos sob regime análogo ao escravo graças a essa luta, porém ainda há outros casos a serem resolvidos, além da impunidade dos proprietários e capatazes já identificados.

Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo

Durante a semana, reuniões e oficinas foram promovidas, em diversos pontos do Brasil. Em Brasília, além da reunião da Conatrae, houve um ato político em memória dos Dez Anos da Chacina de Unai, realizado ontem, dia 28, em frente ao Superior Tribunal Federal (STF).

Essa semana deve ser voltada para a reflexão sobre todos esses anos de luta e tudo o que deve ser feito para encerrar esse ciclo. “Não podemos e não aceitamos voltar ao passado da escravidão que já abolimos historicamente. Temos que dizer ao Congresso Nacional que não aceitamos regulamentar trabalho escravo no Brasil. Queremos combatê-lo para que essa vergonha seja extinta no Brasil”, declara D’Ângelo.

Apoie e divulgue essa campanha. NÃO À REGULAMENTAÇÃO DA PEC 57-A.

PAC 2 vai beneficiar cerca de 1,3 milhão de camponeses. João Paulo Biage – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 31/01/2014

Nesta sexta-feira (31), o Governo Federal doou 323 equipamentos a 315 municípios de seis estados brasileiros. A ação, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), faz parte da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) e vai beneficiar cerca de 1,3 milhão de camponeses, entre eles mais de 220 mil famílias de agricultores. O investimento para adquirir os equipamentos foi superior a R\$ 92,5 milhões.

No Piauí, foram investidos mais de R\$ 35,5 milhões em 133 equipamentos. As 32 pás carregadeiras, os 59 caminhões-caçamba e os 42 caminhões-pipa vão favorecer mais de 135 mil famílias de agricultores. “As prefeituras não podem comprar esses equipamentos, talvez nem 10% dos municípios do estado tenham esse poder aquisitivo. Então, as máquinas cumprem papel fundamental na reestruturação das estradas, na distribuição de água, bem como atenderem a demanda dos municípios com menos verba”, avaliou o delegado do MDA no Piauí, Pedro Calisto.

Já os 55 caminhões-pipa entregues para municípios do Rio Grande do Norte vão beneficiar mais de 232 mil moradores do campo, entre eles cerca de 20 mil famílias de agricultores. O investimento feito foi de quase R\$ 15 milhões. “Praticamente todos os municípios do estado estão localizados na região semiárida. Nos últimos dois anos, sofremos com a escassez hídrica, dificultando, também, a vida do agricultor familiar”,

comentou o delegado federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Rio Grande do Norte, Raimundo Costa Sobrinho.

Em Mato Grosso, cerca de 100 mil camponeses serão favorecidos pelas 30 motoniveladoras doadas aos municípios. Os R\$ 13,1 milhões investidos vão beneficiar mais de 13 mil famílias de agricultores. “Mato Grosso é um estado muito extenso e alguns municípios têm dificuldades em atender as demandas de conservação das estradas vicinais. As máquinas vão ajudar as prefeituras contempladas a melhorar esse tipo de acesso e a desenvolver a agricultura familiar”, informou o delegado federal do MDA em Mato Grosso, Nelson Luiz Borges de Barros.

Os 54 municípios gaúchos que receberam equipamentos nesta sexta-feira foram contemplados com motoniveladoras e caminhões-caçamba. Para o prefeito de Pedro Osório, um dos municípios beneficiados com a entrega, César Roberto Couto de Brito, a ação garante o desenvolvimento da agricultura dos pequenos municípios. “São um monte de chaves sendo entregues para resolver problemas estruturantes das cidades. E, falando em nome dos municípios da região sul, as dificuldades são muitas. Há municípios com três mil quilômetros de estradas vicinais”, afirmou. O investimento superior a R\$ 17,5 milhões vai favorecer quase 200 mil moradores da zona rural gaúcha.

Mais de 30 caminhões-caçamba foram entregues para municípios paulistas. Quase 30 mil camponeses e sete mil famílias de agricultores foram beneficiados com o investimento de mais de R\$ 7 milhões. “O caminhão-caçamba contribui, com as outras máquinas já entregues, para facilitar o transporte de famílias, produtos e de bens adquiridos na cidade. Além disso, reduz os gastos com a frota municipal, já que as vias estarão em condições melhores”, pontua a prefeita de Tanabi, Maria Izabel Lopes Repizo.

Já no Rio de Janeiro, foram entregues 20 equipamentos em favor de 80 mil moradores do meio rural, entre eles mais de cinco mil famílias de agricultores. “Os caminhões-caçamba são equipamentos complementares ao trabalho das motoniveladoras e retroscavadeiras. No caso do Rio de Janeiro, temos um número significativo de estradas por onde os agricultores comercializam o seu produto, mas muitos desses municípios têm dificuldade em manter essas vias e, por isso, o programa é fundamental”, explica o delegado federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no estado, José Octávio Fernandes. O investimento do MDA para compra das máquinas para municípios fluminenses foi de cerca de R\$5 milhões.

Até o final do primeiro semestre de 2014, mais 7.814 equipamentos serão entregues. Ao todo, no Brasil, mais de 18 mil máquinas e veículos serão doados a 5.061 prefeituras, totalizando um investimento de aproximadamente R\$ 5 bilhões.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa